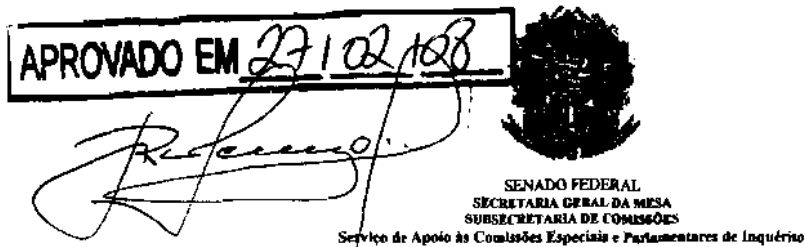


REQUERIMENTOS APROVADOS EM 27.02.2008

CPI - ONGS



Requerimento
Nº 086/07

REQUERIMENTO /2007

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei n.º 1.579/52, que seja **convocado** para prestar depoimento nesta Comissão o diretor ou representante legal da ONG voltada à assistência de saúde da tribo Yanomami.

Justificação

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pelo requerimento nº. 201, de 2007, e aditado pelo requerimento nº. 217, de 2007, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações não Governamentais - ONGS - e para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS, bem como a utilização por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

A Organização Não-Governamental "Urihi" foi inaugurada com o único propósito de receber verbas do governo. Três meses depois de fundada, em 1999, obteve da FUNASA R\$ 8,7 milhões. Até 2002, já havia recebido o total de R\$ 33,8 milhões da mesma FUNASA, relativo a transferência de 3

1

Recebi o Original	
Em	02/11/02 às 9h44m
Nome:	Franci Ribeiro dos Santos
Matricula:	36253
Franci Ribeiro dos Santos Secretário de Comissão	

convênios. Não existem comprovações da aplicação efetiva dos recursos públicos transferidos.

Portanto, justifica-se a análise do assunto por esta CPI, com a convocação para depoimento do representante legal da supracitada Organização Não-Governamental.

Sala das Comissões, de outubro de 2007.


Senador

APROVADO EM 23/10/2006



SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares

Requerimento

REQUERIMENTO

CPI - ONGS

Requerimento
Nº 087/07

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei n.º 1.579/52, que seja **convocado** para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito o responsável legal pela organização não governamental CATAVENTOS JUVENTUDE E CIDADANIA, CNPJ nº 03.049.051/0001-04.

Justificação

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pelo requerimento nº. 201, de 2007, e aditado pelo requerimento nº. 217, de 2007, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações não Governamentais - ONGS - e para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS, bem como a utilização por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

A Organização não-governamental Cataventos -Juventude e Cidadania, recebeu vultosos recursos governamentais, fato que enseja uma análise mais aprofundada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. A oitiva com o representante legal da

Will M. Wanderley
Secretário de Comissão

[Assinatura]

3

entidade será importante para dirimir dúvidas existentes, além de poder prestar valiosas informações para as investigações desta Comissão.

Sala das Comissões, de novembro de 2007.



Senador ALVARO DIAS

Retirado pelo arquivista
em 27.07.08



SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

CPI - ONGS

REQUERIMENTO

Requerimento
Nº 091/07

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei n.º 1.579/52, que o Ministério dos Esportes encaminhe a esta CPI, no prazo mais célere possível, informações sobre os repasses relativos ao Programa Segundo Tempo, informando o nome das organizações não governamentais beneficiada, os nomes dos responsáveis pelas ONG, o objeto do convênio, o valor repassado, a data do repasse, a situação da prestação de contas, isto é, se prestaram contas dos recursos recebidos, e a decisão do Ministério sobre a regularidade das contas.

Justificação

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pelo requerimento nº. 201, de 2007, e aditado pelo requerimento nº. 217, de 2007, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações não Governamentais - ONGS - e para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS, bem como a utilização por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

Will M. Wanderley
Secretário de Comissão

05.11.07
12.11.07
13.11.07

5

O Ministério dos Esportes apresenta um extenso rol de entidades sem fins lucrativos como beneficiárias de recursos federais transferidos por meio de convênios, isto é, entidades que se enquadram no objeto de investigação desta CPI, especialmente no Programa Segundo Tempo.

Desta forma, cabe a esta Comissão verificar a regularidade dos convênios firmados, bem como o trabalho de fiscalização que o Ministério vem exercendo sobre os beneficiários dos recursos públicos, e se estes estão realmente sendo aplicados de acordo com os objetos dos convênios.

Portanto, com as informações que são solicitadas neste requerimento, esta Comissão Parlamentar de Inquérito terá a possibilidade de avaliar as políticas, a recorrência ou não de beneficiários e o seu motivo, além da capacidade e o empenho do Ministério em verificar a implementação dos projetos apoiados, de forma a evitar o desperdício de recursos públicos.

Sala das Comissões, de novembro de 2007.



Senador ALVARO DIAS



SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

APROVADO EM 27/02/08

[Assinatura]

CPI – ONGS

REQUERIMENTO

Requerimento
Nº 094/07

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei n.º 1.579/52, que seja **convocado** para prestar depoimento nesta Comissão o senhor Mauro Dutra, responsável pela Organização Não-Governamental ÁGORA – ASSOCIAÇÃO PARA PROJETOS DE COMBATE À FOME, CNPJ nº 38.050.258/0001-75.

Justificação

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pelo requerimento nº. 201, de 2007, e aditado pelo requerimento nº. 217, de 2007, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações não Governamentais - ONGS - e para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS, bem como a utilização por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

[Assinatura] 7


O senhor Mauro Dutra aparece como responsável pela Organização Não-Governamental ÁGORA – ASSOCIAÇÃO PARA PROJETOS DE COMBATE À FOME, entidade que teve suas prestações de contas rejeitadas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios por uma série de irregularidades, como a apresentação de “notas frias”, datadas de 2001, para comprovar a realização de serviços que deveriam ter sido executados com recursos do Governo Federal e até mesmo recursos da Embaixada da Noruega.

O Ministério Público constatou que contratos firmados pela entidade atendiam os interesses de terceiros, que utilizaram o nome e a estrutura da entidade para finalidades divergentes dos seus estatutos. Uma das irregularidades constatadas foi o exercício da presidência por ex-sócios, por meio de instrumento de procuração.

Este tipo de conduta, o exercício da presidência por meio de procuração, propiciou que os dirigentes da entidade atuassem em benefício próprio, como o pagamento de elevadas somas a empresas de que participavam. Fica, assim, claramente demonstrado o esquema de fraude com recursos públicos: a Ágora recebia recursos públicos por meio de convênios e, seus ex-sócios, que mediante procuração exerciam de fato a gestão da entidade, contratavam empresas a que estavam ligados para prestarem serviços, recebendo elevados montantes de pagamento.

Além destas fraudes, o Ministério Público também apurou que a Ágora não procedeu ao recolhimento da cota patronal do INSS e chegou a pagar um *buffet* completo para 250 pessoas para a festa de confraternização da Secretaria de Trabalho.

Em entrevista para a Revista Veja, edição nº 1855 de 26/05/2004, o empresário Mauro Dutra, responsável pela Ágora, admitiu que o quadro contábil da entidade era grave.



Este caso está amplamente coberto e inserido no objeto de investigação desta CPI, o que motiva o pedido de convocação do senhor Mauro Dutra, que poderá prestar valiosas informações para o entendimento do funcionamento de esquemas de fraudes em ONG.

Sala das Comissões,

de outubro de 2007.



Senador FLEXA RIBEIRO



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador HERÁCLITO FORTES

APROVADO EM 27/10/08

CPI - ONGS

REQUERIMENTO Nº

Requerimento
Nº 098/07

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei n. 1.579/52, que o Ministério da Educação encaminhe a esta Comissão, no prazo máximo de 10 (dez) dias, cópia da auditoria realizada no programa "Brasil Alfabetizado", bem como a relação das ONGs e OSCIPs que receberam recursos para implementação do programa.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada para apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior.

O Ministério da Educação repassou, pelo programa Brasil Alfabetizado, recursos a diversas ONGs e OSCIPs para a realização e efetivação do referido programa.

Cabe, portanto, a esta Comissão verificar a regularidade desses repasses e dos convênios firmados, bem como verificar como e se está se exercendo o controle do Ministério sobre os conveniados que recebem dinheiro público. Para isso, requer-se a cópia da auditoria supramencionada.

Senador HERÁCLITO FORTES

Recebido em 06/11/07
Will M. Wanderley
Secretário de Comissão



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR INÁCIO ARRUDA

APROVADO EM 27/10/2007

CPI - ONGS₁₂

Requerimento
Nº 101/07

REQUERIMENTO Nº DE 2007 - CPI das ONGS

(Do Senador Inácio Arruda)

**Requer informações à Receita Federal
do Brasil**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requero sejam solicitados ao Secretário da Receita Federal do Brasil os dados cadastrais (tais como endereço, telefone, nome e nº do CPF dos dirigentes ou responsáveis, data de inscrição no CNPJ, alterações cadastrais, descrição e código da atividade, situação fiscal etc) das entidades sem fins lucrativos constantes da planilha da mídia em anexo, as quais receberam recursos do Governo Federal no período de 1999 a 2006.


JUSTIFICATIVA

As informações solicitadas são de fundamental importância para os trabalhos que a CPI desenvolverá na forma do Plano de Trabalho, aprovado em 23 de outubro de 2007.

Ante o exposto, requero seja o presente pedido de informações submetido à votação do Plenário desta Comissão.

Sala das Sessões, em de de 2007.


Senador Inácio Arruda
Relator


Will M. Wanderley
Secretário de Comissão



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR INÁCIO ARRUDA PC

APROVADO EM 27/07/08

CPI - ONGS¹³

Requerimento
Nº 102/07

REQUERIMENTO Nº DE 2007 – CPI das ONGs
(Do Senador Inácio Arruda)

Requer ao Secretário da Receita Federal do Brasil acesso aos sistemas que permitem consulta de dados cadastrais.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requero seja solicitado ao Secretário da Receita Federal do Brasil que, com a possível brevidade, possibilite a servidores que assessoram esta Comissão, devidamente identificados, acesso aos sistemas CPF - Cadastro de Pessoas Físicas e CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, que permitem obtenção de dados cadastrais de pessoas físicas (endereço, telefones, nome, data de nascimento, data de inscrição, etc) e jurídicas (endereço, telefones, nome e nº do CPF dos dirigentes ou responsáveis, data de inscrição, código e descrição da atividade, etc).

JUSTIFICATIVA

O acesso aos sistemas mencionados é de fundamental importância para a agilidade dos trabalhos, no que tange à identificação de pessoas e verificação de dados cadastrais das diversas entidades objeto da atenção desta CPI.

Ressalto que a LDO/2008 autoriza, no art. 106, para fins do acompanhamento e fiscalização orçamentária, o acesso, para consulta, a diversos sistemas de informações do Poder Executivo, entre eles o sistema CNPJ:

Art. 106. Com vistas à apreciação da Proposta Orçamentária de 2009, ao acompanhamento e a fiscalização orçamentária a que se refere o art. 166, § 1º, inciso II, da Constituição, será assegurado aos órgãos responsáveis o acesso irrestrito, para consulta, aos seguintes sistemas, bem como o recebimento de seus dados, em meio digital: I - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI; II - Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR; III - Sistema de Análise Gerencial da Arrecadação - ANGELA, bem como as estatísticas de dados agregados relativos às informações constantes das declarações de imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas, respeitado o sigilo fiscal do contribuinte; IV - Sistema Integrado de Tratamento Estatístico de Séries Estratégicas - SINTESE; V - Sistemas de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual - SIGPLAN; VI - Sistema de Informação das Estatais - SIEST; VII - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG; VIII - Sistema de Informações Gerenciais de Arrecadação - INFORMAR; IX - Cadastro das entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, mantido pelo Ministério da Justiça; X - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ; e XI - Sistema de Informação e Apoio à Tomada de Decisão - SINDEC, do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DNIT.

Will M. Wanderley

Secretário de Comissão



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR INÁCIO ARRUDA PCdoB-CE

Ante o exposto, requeiro seja o presente requerimento submetido à votação do Plenário desta Comissão.

Sala das Sessões, em de de 2007.


Senador Inácio Arruda
Relator



SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

Serviço de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

APROVADO EM 27/10/07

CPI - ONGS

REQUERIMENTO

**Requerimento
Nº 103/07**

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei n.º 1.579/52, que a Fundação Banco do Brasil encaminhe a esta CPI, no prazo mais célere possível, relação de todos os pagamentos feitos a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), com a cópia dos processos que os fundamentaram.

Justificação

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pelo requerimento nº. 201, de 2007, e aditado pelo requerimento nº. 217, de 2007, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações não Governamentais - ONGS - e para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS, bem como a utilização por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

A Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), ligada ao petista Jorge Lorenzetti - churrasqueiro preferido do presidente Lula -, recebeu R\$ 4,28 milhões por intermédio da Fundação Banco do Brasil, além dos R\$ 18,5 milhões do Orçamento da União - informação contestada pelo ministro Luiz Marinho (Trabalho). De acordo com

informações públicas, Lorenzetti operava a partir do escritório da fundação em Brasília, no Edifício Number One, durante os dois primeiros anos do governo Lula, quando foi concebido o atual portfólio de projetos com foco em 'geração de trabalho e renda'.

Assim, o presente requerimento torna-se fundamental para os trabalhos desta CPI.

Sala das Comissões, de novembro de 2007.



Senador ALVARO DIAS



SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares

APROVADO EM 21/08/07

[Assinatura]

CPI - ONGS

REQUERIMENTO

Requerimento
Nº 104/07

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei n.º 1.579/52, que a Fundação Banco do Brasil encaminhe a esta CPI, no prazo mais célere possível, relação de todos os pagamentos feitos a Organização Não-Governamental IBDS – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social, com a cópia dos processos que os fundamentaram.

Justificação

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pelo requerimento nº. 201, de 2007, e aditado pelo requerimento nº. 217, de 2007, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações não Governamentais - ONGS - e para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS, bem como a utilização por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

O senhor Fábio Rodrigues Rolim, e a Organização não governamental IBDS – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social tiveram suas condutas assim qualificadas no Relatório Final da CPI dos Bingos:

“14.4. ADENDO AO CASO GTECH:

[Assinatura]
Will M. Wanderley
Secretário de Comissão

FÁBIO RODRIGUES ROLIM – incurso no art. 1º, § 1º, inciso II, combinado com o art. 1º, *caput*, inciso V, da Lei nº 9.613/98 (lavagem de dinheiro); e nos arts. 1º, inciso II, e 2º, inciso I, da Lei nº 8.137/90 (crime contra a ordem tributária);

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – incurso no art. 12 da Lei nº 9.613/98. “

O referido Relatório, em sua pag. 75, sobre a atuação do IBDS, afirma que *“Pela análise parcial do sigilo bancário da ONG, identifica-se que, além de ser utilizada como instrumento de pagamento de propina, ela também foi utilizada para sonegação de impostos. No caso da Gtech, essa sonegação está clara, tendo em vista o objeto do serviço prestado, conforme com as notas fiscais emitidas. Nos demais casos, faz-se necessário uma investigação mais aprofundada.”*

Sala das Comissões, de novembro de 2007.


Senador ALVARO DIAS



SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

APROVADO EM 27/10/08

[Assinatura]

CPI - ONGS

REQUERIMENTO

Requerimento
Nº 105/07

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei n.º 1.579/52, que a Fundação Banco do Brasil encaminhe a esta CPI, no prazo de 48 horas, os extratos dos gastos com cartões de crédito corporativos, de 2005 até a presente data.

Justificação

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pelo requerimento nº. 201, de 2007, e aditado pelo requerimento nº. 217, de 2007, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações não Governamentais - ONGS - e para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS, bem como a utilização por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

A Fundação Banco do Brasil (FBB) é uma das ~~dez~~ maiores ONG's receptoras de recursos públicos da administração direta. Em seu site, a Fundação adota a elogiável prática da transparência, ao afirmar que sua

[Assinatura]
Will M. Wanderley
Secretário de Comissão

18

prestação de contas está disponível a qualquer cidadão para ~~vis~~tas em suas dependências.

A fim de obter maior agilidade na análise da atuação da FBB, é conveniente a esta CPI obter esses dados.

Sala das Comissões, de novembro de 2007.



Senador ALVARO DIAS



SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

APROVADO EM 27/10/07

CPI - ONGS

REQUERIMENTO

Requerimento
Nº 106/07

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei n.º 1.579/52, que a Fundação Banco do Brasil encaminhe a esta CPI, no prazo de 48 horas, a contabilidade da entidade em meio magnético, no formato de aplicativos de uso corrente ou que possa ser convertido em arquivo texto, abrangendo os razonetes das contas, nos últimos 3 exercícios, bem como das suas prestações de contas acompanhadas de todos os volumes anexos.

Justificação

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pelo requerimento nº. 201, de 2007, e aditado pelo requerimento nº. 217, de 2007, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações não Governamentais - ONGS - e para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS, bem como a utilização por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

Will M. Wanderley
Secretário de Comissão

A Fundação Banco do Brasil (FBB) é uma das dez maiores ONG's receptoras de recursos públicos da administração direta. Em seu site, a Fundação adota a elogiável prática da transparência, ao afirmar que sua prestação de contas está disponível a qualquer cidadão para vistas em suas dependências.

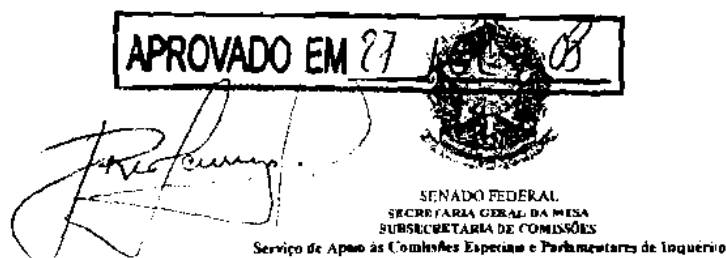
A fim de obter maior agilidade na análise da atuação da FBB, é conveniente a esta CPI obter a contabilidade em meio magnético, em formato de arquivo que permita a manipulação dos dados em aplicativos de uso corrente, com o propósito de esgotar quaisquer dúvidas que possam existir sobre a lisura de seus procedimentos.

Sala das Comissões, de novembro de 2007.



Senador ALVARO DIAS

CPI – ONGS

Requerimento
Nº 113/07

REQUERIMENTO /2007

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei n.º 1.579/52, que a Secretaria Geral da Presidência da República encaminhe a esta CPI, no prazo ~~mais~~ célere possível, informações referentes ao Programa Nacional de Inclusão ~~de~~ Jovens – ProJovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, tais como prestação de contas dos convênientes, os critérios de escolha, ~~ben~~ como a relação das organizações não governamentais que tenham recebido ~~recursos~~ do Programa, entre 2005 e 2006, informando a decisão do sobre a regularidade das contas apresentadas.

Justificação

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi ~~criada~~ pelo requerimento nº. 201, de 2007, e aditado pelos requerimentos nº. 217 e 1.324, de 2007, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, ~~de~~ recursos públicos para Organizações não Governamentais - ONGS - e para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS, bem como a ~~utilização~~ por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

Will M. Wanderley
Secretário de Comissão

14.11.07

22

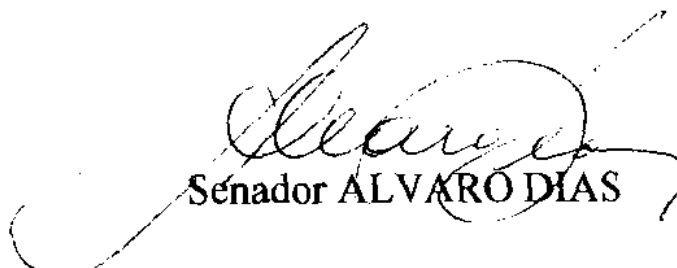
[Handwritten signature]

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, por meio de convênios realizados com vários municípios, apresenta um extenso rol de entidades sem fins lucrativos como beneficiárias de recursos federais, isto é, entidades que se enquadram no objeto de investigação desta CPI.

Desta forma, cabe a esta Comissão verificar o trabalho de fiscalização sobre os convenientes dos recursos federais, observando se estes estão realmente sendo aplicados de acordo com os objetos dos convênios.

Portanto, com as informações que são solicitadas neste requerimento, esta Comissão Parlamentar de Inquérito terá a possibilidade de avaliar as políticas, a recorrência ou não de beneficiários e o seu motivo, além da capacidade e o empenho em verificar a implementação dos projetos apoiados, de forma a evitar o desperdício de recursos públicos.

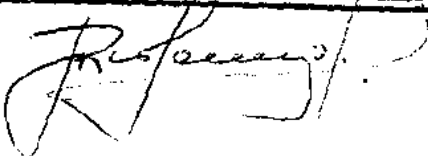
Sala das Comissões, de novembro de 2007.



Senador ALVARO DIAS

CPI - ONGS

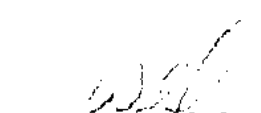
APROVADO EM 27/10/07

Requerimento
Nº 114/07SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito**REQUERIMENTO /2007**

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei n.º 1.579/52, que a Polícia Federal conceda acesso e direito a cópias ~~no que for essencial~~ ^{de} todos os documentos apreendidos em 08 de novembro de 2007 na sede da Petraf-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul), entidade sindical sem fins lucrativos suspeita de desviar verbas repassadas pela União, abrangendo 120 caixas com documentos e 48 discos rígidos de computadores.

Justificação

A entidade vem sendo investigada pela Polícia Federal desde abril de 2007, sob suspeita de desvios de recursos federais repassados para o financiamento de cursos em três Estados do Sul, havendo provas testemunhais das irregularidades.



 Will M. Wanderley
 Secretário de Comissão

24

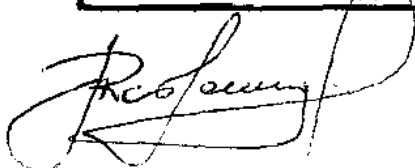
As fraudes podem chegar a R\$ 6,4 milhões, com dinheiro dos Ministérios do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Agrário e de outros órgãos federais, havendo suspeitas de que os desvios financiariam campanhas de parlamentares.

Sala das Comissões, de novembro de 2007.



Senador ALVARO DIAS

APROVADO EM 22/10/2007




SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

CPI - ONGS

Requerimento
Nº 115/07

REQUERIMENTO /2007

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei n.º 1.579/52, que seja convocado para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito o senhor Jorge Lorenzetti ex-dirigente da organização não governamental UNITRABALHO.

Justificação

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pelo requerimento nº. 201, de 2007, e aditado pelos requerimentos nº. 217 e 1.324, de 2007, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações não Governamentais - ONGS - e para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS, bem como a utilização por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

A Organização não-governamental Unitrabalho recebe vultosos recursos governamentais, fato que enseja uma análise mais acurada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. A oitiva com o representante legal da

entidade será importante para dirimir dúvidas existentes, além de poder prestar valiosas informações para as investigações desta Comissão.

Sala das Comissões, de novembro de 2007.



Senador ALVARO DIAS

CPI - ONGS



Requerimento
Nº 117/07

SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Recebido 27/02/08

REQUERIMENTO

/2007

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei n.º 1.579/52, que o Procurador da República Celso Antônio Três seja convidado a comparecer a sessão desta CPI para prestar esclarecimentos sobre o trabalho que desenvolve no Ministério Público Federal relacionado com a fiscalização de instituições sem fins lucrativos.

Justificação

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pelo requerimento nº. 201, de 2007, e aditado pelo requerimento nº. 217, de 2007, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações não Governamentais - ONGS - e para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS, bem como a utilização por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

O Procurador Celso Antônio Três especializou-se em crimes financeiros, tendo prestado valorosa contribuição para diversas CPI's desde a década de 90, entre as quais as CPI's dos Bancos e Banestado.

Wef
Will M. Wanderley
Secretário de Comissão

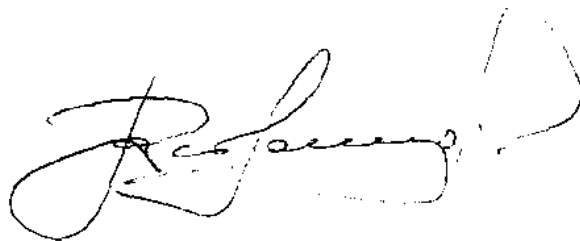
14.11.07

17.00

28

fre

O convite à sua participação deve-se à sua experiência no trato com remessas financeiras do exterior para entidades sem fins lucrativos, bem como ao trabalho que desenvolve na fiscalização dessas entidades.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Rafael', written in a cursive style.



SENADO FEDERAL

APROVADO EM 27/08/08

REQUERIMENTO Nº

CPI - ONGS

Requerimento
Nº 118/07

Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar, no prazo de 180 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.


Senhor Presidente

Nos termos regimentais, requero sejam solicitadas informações da Polícia Federal, por intermédio do Ministério da Justiça, sobre a operação "Metástase" que investiga desvios de recursos da Funasa envolvendo emendas de parlamentares.

As informações requeridas poderão ser úteis a esta CPI, na apuração dos desvios nos repasses da Funasa á ONGs para assistência indígena nos Estados da Região Norte do País.

Sala das Comissões, em de novembro de 2007


Senador MOZARILDO CAVALCANTI


Will M. Wanderley
Secretário de Comissão



SENADO FEDERAL

APROVADO EM 27/06/07

REQUERIMENTO Nº

CPI - ONGS

Requerimento
Nº 119/07


Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar, no prazo de 180 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

Senhor Presidente

Nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, Requeiro a oitiva do Sr. Sergio Ronaldo da Silva, servidor da Fundação Nacional de Saúde e membro da Confederação dos Trabalhadores nos Serviço Público Federal (Condsef), tendo em vista que me foram encaminhadas denúncias sobre declarações do citado servidor da Funasa no desvio de recursos daquela instituição, oriundos de emendas parlamentares.

Sala das Comissões, em de novembro de 2007


Senador MOZARILDO CAVALCANTI


Will M. Wanderley
Secretário de Comissão
15.11.07
17.45

31



SENADO FEDERAL

PREJUDICADO EM VIRTUDE
DA APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO
Nº 77/07 DE AUTORIA DO
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI

33

CPI - ONGS

REQUERIMENTO Nº

**Requerimento
Nº 120/07**

Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar, no prazo de 180 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

Senhor Presidente

Nos termos do art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam investigados os repasses da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) para assistência à saúde nas reservas indígenas prestadas por ONGs.

Sala das Comissões, em de novembro de 2007

Senador MOZARILDO CAVALCANTI

Will M. Wanderley
Secretário de Comissão

13.11.07

17/45

32



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador SIBA MACHADO

APROVADO EM 27.10.2007

CPI – ONGS

34

Requerimento
Nº 121/07

Comissão Parlamentar de Inquérito – ONGs
Senado Federal
(requerimento nº 201, de 2007)

REQUERIMENTO Nº , de 2007.

*Requer ao Ministro da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento (MAPA) cópia
de convênio firmado em 1999.*

Requer ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), senhor REINHOLD STEPHANES, que encaminhe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, cópia de convênio do MAPA. Esse Ministério deverá encaminhar todos os dados, inclusive cópias dos contratos e as prestações de contas (cópia dos processos na íntegra) do convênio SIAFI 375016, no valor R\$ 2.511.750,00, assinado em 23/09/1999.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com os termos do requerimento nº 201, de 2007, o objetivo da CPI é “apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs – e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006”.

Nesse sentido, é de conhecimento de todos que vários Ministérios, autarquias e empresas públicas realizam convênios com entidades da sociedade civil para a execução de atividades com recursos públicos. Nessa perspectiva, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) firmou convênio com entidade para a execução de atividades com recursos públicos.

Este pedido visa permitir o acesso desta CPI a este convênio como um dos caminhos para fiscalizar a aplicação de recursos públicos e verificar possíveis irregularidades.

Sala da Comissão, 19 de novembro de 2007.


Senador Siba Machado – PT/AC

Will M. Wanderley
Secretário de Comissão

33



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador SIBA MACHADO

CPI – ONGS⁵

Requerimento
Nº 122/07

Comissão Parlamentar de Inquérito – ONGs
Senado Federal

(requerimento nº 201, de 2007)

APROVADO EM 27/10/21

REQUERIMENTO Nº , de 2007.

*Requer convite ao Promotor de Justiça
Civil e Fundações/Curador de
Fundações, Dr. AIRTON GRAZZIOLI,
para prestar informações à Comissão.*

Requer seja feito convite ao Dr. AIRTON GRAZZIOLI, Promotor de Justiça Civil e Fundações/Curador de Fundações do Estado de São Paulo, para comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, para informar sobre inquérito na UNITRABALHO.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com os termos do requerimento nº 201, de 2007, o objetivo da CPI é “apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs – e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006”.

O Dr. Ailton Grazzioli é Promotor de Justiça Civil e Fundações/Curador de Fundações do Estado de São Paulo e conduziu o inquérito nº 1116, de 2006, que investigou atividades da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO).

É importante a presença do Dr. Ailton Grazzioli para informar a esta CPI sobre a investigação e seus resultados.

Sala da Comissão, 19 de novembro de 2007.

Will M. Wanderley
Secretário da Comissão

Senador Siba Machado – PT/AC



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador SIBA MACHADO

CPI – ONGS

36

Requerimento
Nº 123/07

Comissão Parlamentar de Inquérito
Senado Federal
(requerimento nº 201, de 2007)

REQUERIMENTO Nº , de 2007

APROVADO EM 27/02/08

*Requer a convocação de depoente para
explicar repasse de recursos públicos.*

Requer a convocação do representante legal da Associação Beneficente Educacional Conhecer Aprendendo (ABECA), para comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, para prestar informações sobre o recebimento de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com os termos do requerimento nº 201, de 2007, o objetivo da CPI é “apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs – e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006”.

De acordo com informações publicadas pelo Jornal Correio Braziliense, de 30 de abril de 2007, o Ministério Público Federal de São Paulo está apurando denúncias de desvios, fraudes e superfaturamento em convênios realizados entre a Secretaria do Trabalho e diversas entidades da sociedade civil. Estes convênios totalizaram algo em torno de R\$ 26 milhões, para a realização de cursos entre os anos de 2004 e 2006.

Entre as entidades conveniadas consta Associação Beneficente Educacional Conhecer Aprendendo (ABECA), sediada em Rio Claro (SP). De acordo com a reportagem, esta entidade não foi encontrada porque o endereço (Avenida 5, nº 403) que consta na prestação de contas não existe nada, sendo um forte indicio de uma “entidade fantasma”.

Certamente, este depoimento será de grande valia para instruir os trabalhos desta Comissão de Inquérito.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 2007.

Will M. Wanderley
Secretário de Comissão

Siba Machado
Senador Siba Machado – PT/AC

35



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador SIBA MACHADO

CPI – ONGS

37

Requerimento
Nº 124.07

Comissão Parlamentar de Inquérito – ONGs
Senado Federal
(requerimento nº 201, de 2007)

REQUERIMENTO Nº , de 2007.

APROVADO EM 22/10/08

Requer a convocação do sra. Carmen Rocha Dias, ex-ordenadora de despesas do Departamento de Qualificação Profissional do Ministério do Trabalho e Emprego.

Requer, com fundamento § 3º art. 58 da Constituição Federal, seja convocado para prestar depoimento nesta Comissão a senhora CARMEN ROCHA DIAS, ex-ordenadora de despesas do Departamento de Qualificação Profissional do Ministério do Trabalho e Emprego.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com os termos do requerimento nº 201, de 2007, o objetivo da CPI é “apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs – e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006”.

Nos Acórdãos do Tribunal de Contas da União (nº. 851/2003 e nº. 1613/2005), a ex-ordenadora de despesas do Departamento de Qualificação Profissional do Ministério do Trabalho e Emprego, Carmen Rocha Dias, responde por irregularidades constatadas em convênios no valor de R\$ 186 milhões, realizados com diversas entidades sindicais, repassando recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O Ministério Público Federal está procedendo ação de restituição dos valores repassados, pois foram considerados irregulares pela corte de contas. A ex-ordenadora de despesas era a responsável pelos convênios e realizou sua

defesa junto ao Tribunal de Contas. Suas justificativas foram rejeitadas, sendo aplicada multa no valor de R\$ 8.000,00. Os autos do processo foram encaminhados ao Ministério Público Federal para verificar o ajuizamento das ações penais cabíveis.

Nos trabalhos desta CPI, em diversas oportunidades, foram apresentadas denúncias de uso indevidos de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O depoimento da sra. Carmen Rocha Dias, pode ajudar a esclarecer como era repassado estes recursos e como era feita a fiscalização dos referidos convênios, assim como suas prestações de contas.

Sala da Comissão, 19 de novembro de 2007.


Senador Sibá Machado – PT/AC



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador SIBA MACHADO

Requerimento

Nº 126/07

Comissão Parlamentar de I

Senado Federal

(requerimento nº 201, de 2007)

REQUERIMENTO Nº , de 20

APROVADO EM 27/10/2007

Requer a convocação de depoente para explicar repasse de recursos.

Requer a convocação do presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável Brasil em Renovação (ADESBRAR), com sede no município de Campinas (SP), para comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de esclarecer a utilização de recursos recebidos de diversos Ministérios.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com os termos do requerimento nº 201, de 2007, o objetivo da CPI é “apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs – e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006”.

A Agência de Desenvolvimento Sustentável Brasil em Renovação (ADESBRAR) recebeu da administração pública recursos em um levantamento preliminar R\$ 6.416.237,52 para execução de convênios com diversos ministérios.

Nos últimos tempos, a imprensa tem veiculado notícias de irregularidades na execução destes convênios. Entre as irregularidades levantadas esta a informação de que a própria sede da entidade seria em um galpão e que o local era utilizado somente para reuniões quando havia necessidade.

Certamente, este depoimento será de grande valia para instruir os trabalhos desta Comissão de Inquérito.

Sala da Comissão, 19 de novembro de 2007.

Siba Machado
Senador Siba machado – PT/AC

Will M. Wanderley
Secretário de Comissão

38



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador SIBA MACHADO

APROVADO EM 27/10/07

CPI – ONGS

40

Requerimento
Nº 127/07

Comissão Parlamentar de Inquérito
Senado Federal
(requerimento nº 201, de 2007)

REQUERIMENTO Nº , de 2007.

*Requer ao Ministro do Desenvolvimento
Agrário (MDA) cópias de convênios
firmados entre 1999 e 2006.*

Requer ao Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), senhor GUILHERME CASSEL, que encaminhe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, cópia dos convênios. O MDA deverá encaminhar todos os dados, inclusive cópias dos contratos e as prestações de contas (cópia dos processos na íntegra) dos seguintes convênios: SIAFI 401683, no valor de R\$ 2.000.000,00 assinado em 13/11/2000; SIAFI 461461, no valor de R\$ 1.651.862,00, assinado em 17/12/2002; convênio SIAFI 425163, no valor R\$ 510.000,00, assinado em 19/12/2002.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com os termos do requerimento nº 201, de 2007, o objetivo da CPI é “apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs – e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006”.

Nesse sentido, é de conhecimento de todos que vários Ministérios, autarquias e empresas públicas realizam convênios com entidades da sociedade civil para a execução de atividades com recursos públicos. Nessa perspectiva, o Ministério de Desenvolvimento Agrário firmou convênio com entidade para a alfabetização de jovens e adultos no meio rural.

Este pedido visa permitir o acesso desta CPI a estes convênios como um dos caminhos para fiscalizar a aplicação de recursos públicos e verificar possíveis irregularidades.

Sala da Comissão, 19 de novembro de 2007.

Siba Machado
Senador Siba Machado – PT/AC

Will M. Wanderley
Secretário de Comissão

REJEITADO EM 27/02/08

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLEXA RIBEIRO

REJEITADO EM 11/11

CPI - ONGS

REQUERIMENTO

Requerimento
Nº 129/07

Requeiro. Com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na lei nº 1.579/52, que seja convocado, para prestar depoimento nesta Comissão, O RESPONSÁVEL pela Organização Não-Governamental ITERRA - INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, CNPJ nº 00.763.006/0001-10.

REJEITADO EM 11/11

JUSTIFICATIVA

A entidade esta sendo objeto de inquéritos instaurados pelo Ministério Público Federal para apurar possíveis irregularidades no emprego de verbas federais, como emissões de notas frias e pagamentos a fantasmas, conforme três condenações impostas pelo TCU, que determinou também a devolução de R\$ 549.757,11, em valores não atualizados, além do pagamento de multa.

A questão está amplamente coberta e inserida no objeto de investigação desta CPI.

Sala das Comissões, de 2007.

Senador Flexa Ribeiro

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito	
RECEBI O ORIGINAL	
Em 24/12/2007 às 13:57 horas	
Nome	
Matrícula:	Iran Ribeiro dos Santos
Secretário de Comissão	

40



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador SIBA MACHADO

Requerimento
Nº 130/07

Comissão Parlamentar de Inquérito - ONGs
Senado Federal
(requerimento nº 201, de 2007)

APROVADO EM 27.10.2007

REQUERIMENTO Nº , de 2007.

Requer a convocação do senhor dr.
ARQUIMEDES CILONI, reitor da
Universidade Federal de Uberlândia para
prestar informações à Comissão.

Nos termos regimentais, requeremos a convocação do professor doutor ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI, reitor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e presidente da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO) para prestar informações a essa Comissão sobre o funcionamento, atividades, trabalhos e aplicação dos recursos da UNITRABALHO.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com os termos do requerimento nº 201, de 2007, o objetivo da CPI, o objetivo desta Comissão Parlamentar de Inquérito é "apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais (ONGs) e para organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPIs), bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006".

De acordo com informações da própria instituição, criada em 1996, a UNITRABALHO é uma rede universitária nacional que agrega 92 universidades e instituições de ensino superior em todo o Brasil. Constitui-se juridicamente na forma de fundação de direito privado e sem fins lucrativos e realização suas atividades por meio de parcerias em projetos de estudos, pesquisas e capacitação de trabalhadoras e trabalhadores.

O professor Ciloni, na condição de presidente da UNITRABALHO, responde pelas atividades desta entidade, portanto, seu depoimento deverá instruir os trabalhos desta CPI, prestando informações sobre atividades, recebimento de recursos, prestações de contas.

Sala da Comissão, 26 de novembro de 2007.

Senador Siba Machado - PT/AC

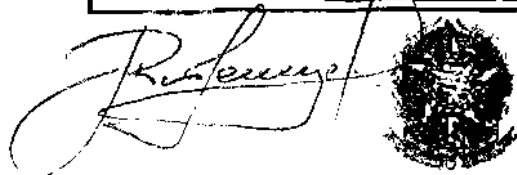
Will M. Wanderley
Secretário de Comissão

41

APROVADO EM 27/10/08

CPI - ONGS

43



Requerimento
Nº 131/08

SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

REQUERIMENTO /2008

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei n.º 1.579/52, que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios encaminhe a esta CPI, no prazo mais célere possível, o teor integral de todas as ações e investigações movidas contra a FINATEC (Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos).

Justificação

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pelo requerimento nº 201, de 2007, e aditado pelos requerimentos nºs 217 e 1.324, de 2007, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações não Governamentais - ONGS - e para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

O Ministério Público afirma que a Finatec empregou recursos, inicialmente destinados à pesquisa científica e tecnológica, para reformar o apartamento funcional do reitor da UnB. Segundo promotores que investigam o caso, a instituição teria gasto R\$ 470 mil na compra de móveis luxuosos, como uma lata de lixo de R\$ 990.

42

Recebi o Original	
Em	11/02/08 às 16h
Nome:	FRANK ALBERTO DOS SANTOS
Matricula:	56.25.3
Secretário de Comissão	

Dados do TCU, que já estão em posse da CPI, também mostram que a UnB é a principal fonte de recursos da Finatec. Entre 2002 e 2007 a universidade repassou, de acordo com o tribunal, R\$ 23,1 milhões à Fundação -- 30% de toda a verba recebida pela entidade no período.

Sala das Comissões, de fevereiro de 2008.



Senador ALVARO DIAS

CPI - ONGS

Requerimento
Nº 132/08

SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

APROVADO EM 27/02/08

12008

REQUERIMENTO

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei n.º 1.579/52, que seja **convocado** para prestar depoimento nesta Comissão o Sr. Timothy Mulholland, Reitor da Fundação Universidade de Brasília.

Justificação

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pelo requerimento nº 201, de 2007, e aditado pelos requerimentos nºs 217 e 1.324, de 2007, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações não Governamentais - ONGS - e para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

O Ministério Público afirma que a Universidade de Brasília empregou recursos, inicialmente destinados à pesquisa científica e tecnológica, para reformar o apartamento funcional do reitor da UnB. Segundo promotores que investigam o caso, a instituição teria gasto R\$ 470 mil na compra de móveis luxuosos, como uma lata de lixo de R\$ 990.

44

Recebi o Original	
Em 11/02/08 às 15h	horas
Nome:	FRANCISCO
Matricula:	36253

Francisco dos Santos
Secretário de Comissão

Dados do TCU, que já estão em posse da CPI, também mostram que a UnB é a principal fonte de recursos da Finatec. Entre 2002 e 2007 a universidade repassou, de acordo com o tribunal, R\$ 23,1 milhões à Fundação -- 30% de toda a verba recebida pela entidade no período.

Portanto, justifica-se a análise do assunto por esta CPI, com a convocação para depoimento do representante Fundação Universidade de Brasília.

Sala das Comissões, de fevereiro de 2008.



Senador ALVARO DIAS

CPI - ONGS



SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Requerimento
Nº 133/08

APROVADO EM 27/02/08

REQUERIMENTO

2008

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei n.º 1.579/52, que seja **convocado** para prestar depoimento nesta CPI o Sr. Antônio Manoel Dias Henriques, Presidente da Finatec.

Justificação

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pelo requerimento nº 201, de 2007, e aditado pelos requerimentos nºs 217 e 1.324, de 2007, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações não Governamentais - ONGS - e para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

O Ministério Público afirma que a Finatec empregou recursos, inicialmente destinados à pesquisa científica e tecnológica, para reformar o apartamento funcional do reitor da UnB. Segundo promotores que investigam o caso, a instituição teria gasto R\$ 470 mil na compra de móveis luxuosos, como uma lata de lixo de R\$ 990.

46

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito
RECEBI O ORIGINAL
Em 12/02/08 às 16:00 horas
Nome: [assinatura]
Matricula: 36253

Irani Rêgo dos Santos
Secretário de Comissão

Dados do TCU, que já estão em posse da CPI, também mostram que a UnB é a principal fonte de recursos da Finatec. Entre 2002 e 2007 a universidade repassou, de acordo com o tribunal, R\$ 23,1 milhões à Fundação -- 30% de toda a verba recebida pela entidade no período.

Sala das Comissões, de fevereiro de 2008.



Senador ALVARO DIAS

CPI - ONGS

Requerimento
Nº 134/08

SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

APROVADO EM 27/02/08

REQUERIMENTO

[Assinatura]
2008

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei n.º 1.579/52, que seja convocado para prestar depoimento nesta CPI o representante legal da Angrhamazônica.

Justificação

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pelo requerimento nº 201, de 2007, e aditado pelos requerimentos nºs 217 e 1.324, de 2007, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações não Governamentais - ONGS - e para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

A Agência Nacional de Gestão de Recursos para a Hiléia Amazônica (Angrhamazonica), chama a atenção pela versatilidade. Criada para atuar na área ambiental, ela é um sucesso no ramo de entretenimento. A Angrhamazonica obteve uma verba de R\$ 2,5 milhões dos ministérios da Cultura e do Turismo para organizar um show dos bois Garantido e Caprichoso,

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 13/02/08
Às 12:10 horas
[Assinatura]
Will M. Wanderley
Secretário de Comissão

48

atrações típicas do Carnaval de Parintins, no Amazonas, no Réveillon de Brasília.

O show durou cerca de uma hora e custou R\$ 2,5 milhões. No mesmo dia, o Governo do Distrito Federal gastou bem menos, R\$ 1,8 milhão, para organizar um espetáculo de 15 horas de duração. No endereço da Anghamazonica registrado no Ministério da Justiça, em Manaus, funciona uma loja de conserto de aparelhos eletrônicos e de jogos para computador. "Essa Anghamazonica só existe no papel", diz o gerente da loja, Jacildo Farias.

Destarte, torna-se evidente a necessidade de investigar-se a supracitada ONG.

Sala das Comissões, de fevereiro de 2008.



Senador ALVARO DIAS



SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

APROVADO EM 27/02/08

CPI – ONGS

REQUERIMENTO

Requerimento
Nº 13608

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei n.º 1.579/52, que seja convocado para prestar depoimento nesta Comissão o senhor Alexandre Lima da Editora da Universidade de Brasília.

Justificação

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pelo requerimento nº. 201, de 2007, e aditado pelos requerimentos nº. 217 e 1.324, de 2007, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações não Governamentais - ONGS - e para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS, bem como a utilização por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 19/02/08
Às 11:25 horas
Will M. Wanderley
Secretário de Comissão

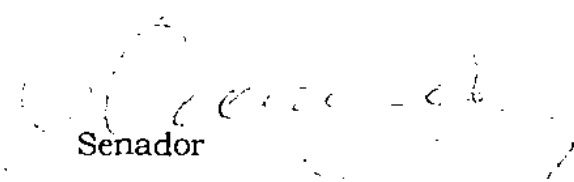
50

A Editora da Universidade de Brasília conforme dados do Portal da Transparência, pagou à Fundação Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Saúde quase R\$ 14 milhões de um total de R\$ 25 milhões classificados como serviços de terceiros. Que serviço uma fundação de saúde estaria prestando a uma Editora, cuja função é editar livros?

A Editora UnB também repassou à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área de Saúde recursos classificados no Programa Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, do Orçamento da União. Ora, qual a relação deste Programa com as atividades da Editora?

Portanto, justifica-se a análise do assunto por esta CPI, com a convocação para depoimento do senhor Alexandre Lima, da Editora da Universidade de Brasília.

Sala das Comissões, de fevereiro de 2008.


Senador

Comissão

ONGs

(r

REQUERIMENTO Nº , de 2007

CPI – ONGS

Requerimento
Nº 138/08

APROVADO EM 27/10/08

*Requer a convocação do depoente para
explicar uso de recursos públicos.*

Requer a convocação da Presidente da Fundação Aproniano Sá, Senhora ALDANISA PEREIRA SÁ, para comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito para prestar esclarecimentos sobre atividades desta Fundação realizadas com recursos públicos.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com os termos do requerimento nº 201, de 2007, o objetivo da CPI é “apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs – e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006”.

De acordo com notícias da imprensa (Folha de São Paulo, de 26 de novembro de 2006), auditoria da Controladoria Geral da União (CGU) constatou irregularidades no uso de recursos públicos. De acordo com a CGU, a Fundação Aproniano Sá não presta nenhum tipo de atendimento médico-odontológico para os quais houve destinação de recursos através de convênios com o Ministério da Saúde.

Diante das irregularidades, a Controladoria Geral da União realizou o bloqueio de R\$ 1,2 milhões de um convênio de R\$ 2 milhões por irregularidades.

O depoimento da atual presidente da Fundação deverá ser uma oportunidade para esclarecer o destino de verbas públicas, objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 19 de fevereiro de 2008.

Siba Machado
Senador Siba Machado – PT/AC.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito	
RECEBI O ORIGINAL	
Em 19/02/08 às 9:45 horas	Nome: <i>[assinatura]</i>
Matrícula: 36253	

Irani Ribeiro dos Santos
Secretário de Comissão

52

Comissão

ONGs

CPI – ONGS

(r)

Requerimento
Nº 139/08

REQUERIMENTO Nº , de 2007.

APROVADO 27/02/08

*Requer a convocação de depoentes para explicar funcionamento de entidade e repasse de recursos públicos.*

Requer a convocação da senhora SÔNIA MIRIAM DRAIBE, Presidente da Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, a comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito para esclarecer sobre convênios firmados com recursos públicos.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com os termos do requerimento nº 201, de 2007, o objetivo da CPI é “apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs – e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006”.

A Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária é uma entidade da sociedade civil que, integrando o Conselho da Comunidade Solidária, tem como um dos objetivos o desenvolvimento e implementação de cursos para capacitação profissional de jovens.

De acordo com pesquisa prévia no SIAFI, esta entidade recebe grandes somas de recursos para realizar este trabalho de capacitação. Em um dos convênios firmados entre esta entidade e o Ministério do Trabalho (dados do SIAFI 371020, de 28/03/2003), foram transferidos R\$ 36 milhões com o objetivo de capacitar 60 mil jovens e a realização de 72 cursos para qualificação.

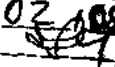
Como estes números representam grandes somas de recursos e muita gente envolvida (60 mil jovens), firmados em apenas um convênio, a participação da presidente da entidade tem importância para esta CPI, principalmente devido a diversas denúncias de desvios de recursos e de prestações de contas utilizando sumas inexistentes.

A presença da senhora Sônia será uma oportunidade para instruir esta CPI sobre trabalhos desenvolvidos por entidades da sociedade civil com recursos públicos.

Sala da Comissão, 19 de fevereiro de 2008.


Senador Siba Machado – PT/AC.

53

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito	
RECEBI O ORIGINAL	
Em 19/02/08	às 9:45 horas
Nome:	
Matrícula:	36253

Irani Ribeiro dos Santos
Secretária de Comissão

Comissão

ONGs

(r

REQUERIMENTO Nº

, de 2007

APROVADO EM 27/02/08

CPI – ONGS

Requerimento
Nº 140/08*Requer a convocação de depoentes para
explicar repasse de recursos públicos.*

Requer a convocação dos senhores FRANCISCO PRADO OLIVEIRA RIBEIRO e WALTER CAVENHA, ex-Secretários do Trabalho do Governo do Estado de São Paulo, para comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito para esclarecer repasses de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) a Organizações Não Governamentais (ONGs), realizados em suas gestões nesta Secretaria de Estado.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com os termos do requerimento nº 201, de 2007, o objetivo da CPI é “apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs – e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006”.

De acordo com informações publicadas pelo Jornal Correio Braziliense, de 30 de abril de 2007, o Ministério Público Federal de São Paulo está apurando denúncias de desvios, fraudes e superfaturamento em convênios realizados entre a Secretaria do Trabalho e diversas entidades da sociedade civil. Estes convênios totalizaram algo em torno de R\$ 26 milhões, para a realização de cursos entre os anos de 2004 e 2006.

Certamente, estes depoimentos serão de grande valia para instruir os trabalhos desta Comissão de Inquérito.

Sala da Comissão, 19 de fevereiro de 2008.

Siba Machado
Senador Siba Machado – PT/AC.

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
RECEBI O ORIGINAL
Em 19/02/08 às 9:45 horas
Nome: *[assinatura]*
Matricula: *36252*

54
Irani Ribeiro dos Santos
Secretário de Comissão

Comissão

ONGs

(r) **APROVADO EM 27/02/08**
[Assinatura]
REQUERIMENTO Nº , de 2007.

CPI – ONGS

Requerimento
Nº 141/08

Requer a convocação de depoentes para explicar funcionamento de entidade e repasse de recursos públicos.

Requer a convocação do senhor ENILSON SIMÕES DE MOURA, presidente da Associação Nacional dos Sindicatos Social Democratas, a comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, para esclarecer a utilização de recursos públicos recebidos por meio de convênios.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com os termos do requerimento nº 201, de 2007, o objetivo da CPI é “apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs – e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006”.

De acordo com pesquisas oficiais da Controladoria Geral da União, a Associação Nacional dos Sindicatos Social Democratas – entidade ligada à Central Sindical Social Democracia Sindical – firmou convênios com o Executivo Federal e recebeu, no período de 1997 até 2004, valores que ultrapassam a casa de R\$ 81 milhões (R\$ 81.185.501,00) para serem usados na qualificação de trabalhadores.

No entanto, muitas denúncias têm surgido na grande imprensa, nos últimos meses, de que está havendo desvio de finalidade na utilização de recursos públicos que deveriam ser usados para qualificar ou alfabetizar trabalhadores. Há denúncias de que, em muitos casos, as turmas de alunos não existem e os recursos estão sendo usados para outros fins.

A presença deste responsável pela Associação Nacional dos Sindicatos Social Democratas será importante como uma oportunidade para esclarecer o funcionamento dos convênios, destinação dos recursos, execução em várias cidades e resultados obtidos. Será importante para instruir esta Comissão sobre trabalhos desenvolvidos com recursos públicos.

Sala da Comissão, 19 de fevereiro de 2008.

Siba Machado
 Senador Siba Machado – PT/AC.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito	
RECEBI O ORIGINAL	
Em 19/02/08 às 9:45 horas	
Nome:	<i>[Assinatura]</i>
Matrícula:	36253

Irani Ribeiro dos Santos
 Secretária de Comissão

55

APROVADO EM 27/02/08

Comissão

ONGs

(r

CPI – ONGS

REQUERIMENTO Nº , de 2007.

Requerimento
Nº 142/08

*Requer a convocação de depoentes para
explicar funcionamento de entidade e
repassar de recursos públicos.*

Requer a convocação do senhor WAGNER ANTÔNIO DE OLIVEIRA, responsável pela entidade denominada **Documentação Indigenista Ambiental (DIA)**, a comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito para fornecer informações sobre convênios firmados com recursos públicos.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com os termos do requerimento nº 201, de 2007, o objetivo da CPI é “apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs – e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006”.

De acordo com documentos encaminhados a esta CPI pelo Ministério Público Federal e Controladoria Geral da União, a DIA assinou vários convênios, inclusive com a FUNASA, em 2000, no valor R\$ 17 milhões. Há um processo aberto no MPF apontando 23 irregularidades encontradas, e outro na CGU (datado de 2006) aberto por “omissão no dever de prestar contas”.

Além dos processos envolvendo este convênio, há outro processo aberto no MPF (datado de 2006) referente a um convênio assinado em 1995 com a FUNAI. O senhor Wagner é o representante, sendo que a ação de ressarcimento é de R\$ 3,4 milhões.

A presença do senhor Wagner de Oliveira será uma oportunidade para instruir esta CPI sobre trabalhos desenvolvidos com recursos públicos por esta ONG.

Sala da Comissão, de fevereiro de 2008.

Siba Machado
Senador Siba Machado – PT/AC.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito	
RECEBI O ORIGINAL	
Em 19/02/08	19.45 horas
Nome:	<i>[assinatura]</i>
Matrícula:	36253

Irani Ribeiro dos Santos
Secretária da Comissão

56

APROVADO EM 27/10/08

Comissão

ONGs

(r

CPI – ONGS

REQUERIMENTO Nº , de 2007.

Requerimento
Nº 143/08

*Requer a convocação de depoente para
explicar repasse de recursos públicos.*

Requer a convocação do senhor ROBERTO MÁRIO SCHRAMM, Presidente da Associação Estadual dos Rondonistas de Santa Catarina, a partir de 26 de junho de 2001, localizada no Estado de Santa Catarina, para comparecer a esta Comissão para eselarecer sobre a destinação de recursos recebido por ocasião de convênios firmados com o Ministérios da Saúde.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com os termos do requerimento nº 201, de 2007, o objetivo da CPI é “apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs – e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006”.

Conforme informação disponível no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), esta entidade recebeu mais de R\$ 79 milhões em convênios, nos últimos anos, para prestar serviços de atendimento à saúde indígena nos Estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

O Tribunal de Contas da União publicou Acórdão 235/2002, constatando irregularidades nos termos dos convênios na parte de contratação e pagamentos de funcionários.

• Diante destas informações, e o alto valor recebido por esta entidade, a presença do presidente, Roberto Mário Schramm, nesta Comissão, ajudará a compreender o funcionamento dos convênios.

Sala da Comissão, de fevereiro de 2008.

Siba Machado
Senador Siba Machado – PT/AC.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito	
RECEBI O ORIGINAL	
Em 19/02/08 às 9:45 horas	
Nome:	<i>[assinatura]</i>
Matrícula	36352

Irani Ribeiro dos Santos
Secretária de Comissão

57

APROVADO EM 27/02/08

Comissão

ONGs

(r

CPI – ONGS

REQUERIMENTO Nº , de 2007.

Requerimento
Nº 144/08*Requer a convocação de depoente para
explicar repasse de recursos públicos.*

Requer a convocação do senhor ARY CANGUÇU DE MESQUITA, Presidente da Associação Estadual dos Rondonistas de Santa Catarina, de 12 de julho de 1999 a 24 de junho de 2001, localizada no Estado de Santa Catarina, para comparecer a esta Comissão para esclarecer sobre a destinação de recursos recebido por ocasião de convênios firmados com o Ministério da Saúde.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com os termos do requerimento nº 201, de 2007, o objetivo da CPI é “apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs – e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006”.

Conforme informação disponível no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), esta entidade recebeu mais de R\$ 79 milhões em convênios, nos últimos anos, para prestar serviços de atendimento à saúde indígena nos Estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

O Tribunal de Contas da União publicou Acórdão 235/2002, constatando irregularidades nos termos dos convênios na parte de contratação e pagamentos de funcionários.

Diante destas informações, e o alto valor recebido por esta entidade, a presença do seu ex-presidente, Ary Canguçu de Mesquita, nesta Comissão, ajudará a compreender o funcionamento dos convênios.

Sala da Comissão. de fevereiro de 2008.

Siba Machado
Senador Siba Machado – PT/AC.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito	
RECEBI O ORIGINAL	
Em 19/02/08 às 9:45 horas	
Nome:	
Matrícula:	36253

Irani Ribeiro dos Santos
Secretário de Comissão

58

APROVADO EM 27 102 103

Requerimento
Nº 145/08

Comissão

(r

REQUERIMENTO Nº , de 2007.

*Requer a convocação de depoente para
explicar repasse de recursos públicos.*

Requer a convocação do senhor TÂNIA MARIA NUNES DE ARAÚJO DE ALENCAR, presidente do Instituto de Cooperação Provida (ICPV), para comparecer a esta CPI para esclarecer sobre a destinação de recursos recebido por ocasião de convênios firmados com o Ministérios da Saúde.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com os termos do requerimento nº 201, de 2007, o objetivo da CPI é "apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs – e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006".

De acordo com documentos encaminhados a esta CPI pelo Ministério Público, há um processo aberto (1.16.000.002912/2004-15) contra a ICPV por várias irregularidades na destinação de recursos públicos, objeto de convênios.

Segundo documentos do MP, foram constatadas diversas irregularidades na execução de convênios. Foi constatado, por exemplo, que a ICPV apresentou o mesmo plano de trabalho em outra região; recursos do convênio foram usados para custear despesas com a sede da entidade em Brasília e para pagar despesas de oficina mecânicas no DF com carros particulares; e ainda, foi constatado depósitos de parte dos recursos do convênio em contas pessoais de familiares vinculados ao ICPV.

Diante destas informações, a presença da senhora Tânia Maria de Alencar nesta Comissão ajudará a compreender o funcionamento destes convênios e o uso de recursos públicos por esta ONG.

Sala da Comissão, de fevereiro de 2008.

Siba Machado
Senador Siba Machado – PT/AC.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito	
RECEBI O ORIGINAL	
Em 17 102 08 às 9:45 horas	
Nome:	
Matrícula:	36253

Jeani Ribeiro dos Santos
Secretário da Comissão

59

APROVADO EM 27/02/08

Com

Requerimento
Nº 146/08

REQUERIMENTO Nº , de 2007.

*Requer convite ao Promotor de Justiça
Gladaniel Palmeira de Carvalho, do
Ministério Público do Distrito Federal e
Territórios, para contribuir com esta
Comissão.*

Requer seja feito convite ao Promotor de Justiça, GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, para informar a respeito dos procedimentos em relação à Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATC), encaminhados a esta CPI.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com os termos do requerimento nº 201, de 2007, o objetivo da CPI é “apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs – e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006”.

Como é do conhecimento de todos, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios tem realizado procedimentos investigativos em relação à utilização de recursos públicos por às Fundações universitárias, especialmente sobre a execução e prestação de contas relacionado a convênios envolvendo recursos públicos.

A participação do Procurador Carvalho nesta Comissão será um auxílio ao trabalho desta CPI, especialmente por ser uma oportunidade para expor procedimentos e resultados destes processos como, por exemplo, a responsabilização de gestores e as ações de ressarcimento de valores usados indevidamente.

Sala da Comissão, de fevereiro de 2008.

Siba Machado
Senador Siba Machado – PT/AC

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
RECEBI O ORIGINAL
Em 19/02/08 às 9:45 horas
Nome: *[assinatura]*
Matrícula: 36253

Irani Ribeiro dos Santos
Secretário de Comissão

60

APROVADO EM 27/02/08

C

U

CPI - ONGS

Requerimento
Nº 147/08

REQUERIMENTO Nº , de 2007.

*Requer a convocação de depoentes para
explicar funcionamento de entidade e
repasse de recursos públicos.*

Requer a convocação do senhor JAIR HESTOR DUARTE, responsável pela Agência de Desenvolvimento Sustentável do Brasil Central (ADEBRAC) e pelo Centro Nacional de Educação Profissional em Cooperativismo, Gestão Ambiental e Turismo (CENEP), a comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito para fornecer informações sobre convênios firmados com recursos públicos.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com os termos do requerimento nº 201, de 2007, o objetivo da CPI é "apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006".

Dados do SIAFI demonstram que tanto a ADEBRAC e como o CENEP receberam grandes somas de recursos, sendo a primeira recursos em torno de R\$ 5,3 milhões e o segundo quase R\$ 1 milhão, como resultado da celebração de convênios com vários Ministérios.

O senhor Duarte assinou convênios em nome das duas entidades, as quais (dados cadastrais da Receita Federal) estão registradas sob o mesmo endereço (Av. Mario Palmeiro, nº 1000) no município de Frutal (MG).

Além disto, a ADEBRAC é citada em listagem da Controladoria Geral da União (CGU) como uma ONG com "irregularidade na execução financeira" em convênios no Ministério da Cultura.

A presença do senhor Jair Duarte será uma oportunidade para instruir esta CPI sobre os trabalhos desenvolvidos com recursos públicos por esta ONG.

Sala da Comissão, de fevereiro de 2008.

Siba Machado
Senador Siba Machado - PT/AC.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito	
RECEBI O ORIGINAL	
Em 19/02/08 às 9:45 horas	
Nome:	<i>[Assinatura]</i>
Matrícula:	36253

Irani Ribeiro dos Santos
Secretário de Comissão

61

APROVADO EM 27/02/08

Requerimento
Nº 148/08

de 2007/1

REQUERIMENTO Nº , de 2007.

*Requer a convocação de depoentes para
explicar funcionamento de entidade e
repassa de recursos públicos.*

Requer a convocação da senhora MARISA ROTENBERG, a comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito para fornecer informações sobre convênios firmados entre o IBAMA e a ONG Amanaka's Amazon Network, com sede em Nova York.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com os termos do requerimento nº 201, de 2007, o objetivo da CPI é "apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs – e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006".

De acordo com documentos encaminhados a esta CPI pelo Ministério Público Federal, onde há uma representação (nº 1.16.000.002388/2007-42) contra a ONG Amanaka's Amazon Network, sediada em Nova York (no endereço: Broadway, suite 904), resultante de problemas na prestação de convênio (nº 023/1996) com o IBAMA/MMA para realizar a Semana da Amazônia em Nova York.

Este convênio foi no valor de R\$ 600 mil e resultou em Acórdão do TCU (nº 2167/2007), onde constam irregularidades na prestação de contas, inclusive indícios de "desvio de recursos públicos". Na ocasião, o parecer favorável ao convênio foi assinado pela senhora Marisa Rotenberg, então Chefe de Gabinete do presidente do IBAMA, o que foi considerado irregular pelo TCU.

A presença da senhora Marisa Rotenberg será uma oportunidade para esclarecer aos membros desta CPI sobre os trâmites na liberação dos recursos públicos para esta ONG, sediada em Nova York.

Sala da Comissão, de fevereiro de 2008.

Siba Machado
Senador Siba Machado – PT/AC.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito	
RECEBI O ORIGINAL	
Em 19/02/08	às 9:45 horas
Nome:	<i>[assinatura]</i>
Matrícula:	36253

Irani Ribeiro dos Santos
Secretário de Comissão

62

APROVADO EM 27/02/08

CPI – ONGS

ONGs

Requerimento

Nº 149/08

REQUERIMENTO Nº , de 2007.

*Requer a convocação de depoente para
explicar repasse de recursos públicos.*

Requer a convocação do senhor RICARDO RODRIGUES DE CARVALHO, responsável a entidade Ecologia e Comunicação (ECOM), para comparecer a esta Comissão para prestar informações sobre a destinação de recursos recebido por ocasião de convênios firmados com o Poder Executivo Federal.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com os termos do requerimento nº 201, de 2007, o objetivo da CPI é “apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs – e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006”.

Conforme informação disponível no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), a ECOM, com sede em São Paulo, recebeu mais de R\$ 2,3 milhões (R\$ 2.342.399,00), nos últimos anos, para executar convênios. Acórdão (82/2006) do Tribunal de Contas da União (TCU) constatou diversas irregularidades como, por exemplo, pagamentos para três empresas que eram de propriedade do responsável pela ECOM. Esta entidade consta como inadimplente no SIAFI, portanto, deve ser objeto de investigação por esta CPI.

Diante destas informações, a presença do senhor Ricardo Rodrigues de Carvalho nesta Comissão tem como objetivo esclarecer a aplicação de recursos públicos, objeto destes convênios.

Sala da Comissão, de fevereiro de 2008.

Siba Machado
Senador Siba Machado – PT/AC

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito	
RECEBI O ORIGINAL	
Em 19/02/08 às 9:45 horas	
Nome:	
Matrícula:	36257

Irani Ribeiro dos Santos
Secretário de Comissão

63

APROVADO EM 27/02/08

CPI - ONGS

Requerimento
Nº 150/08

REQUERIMENTO Nº , de 2007.

*Requer a convocação de depoentes para
explicar funcionamento de entidade e
repasso de recursos públicos.*

Requer a convocação da senhora MARIA JOSÉ VILAS BOAS PEREIRA DA SILVA WEISS, responsável pela entidade denominada **Amanaka's Amazon Network** a comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito para fornecer informações sobre convênios firmados com recursos públicos.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com os termos do requerimento nº 201, de 2007, o objetivo da CPI é "apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006".

De acordo com documentos encaminhados a esta CPI pelo Ministério Público Federal, onde há uma representação (nº 1.16.000.002388/2007-42) contra a ONG **Amanaka's Amazon Network**, sediada em Nova York (no endereço: Broadway, suite 904), resultante de problemas na prestação de convênio (nº 023/1996) com o IBAMA/MMA para realizar a Semana da Amazônia em Nova York.

Este convênio foi no valor de R\$ 600 mil e resultou em Acórdão do TCU (nº 2167/2007), onde constam irregularidades na prestação de contas, inclusive indícios de "desvio de recursos públicos". Na ocasião, o parecer favorável ao convênio foi assinado pela senhora Marisa Rotenberg, então Chefe de Gabinete do presidente do IBAMA e o TCU afirma que ela não tinha poderes para esse tipo de ato administrativo.

A presença da senhora Maria José será uma oportunidade para esclarecer aos membros desta CPI sobre trabalhos desenvolvidos com recursos públicos por esta ONG.

Sala da Comissão, de fevereiro de 2008.

Siba Machado
Senador Siba Machado - PT/AC.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito	
RECEBI O ORIGINAL	
Em 19/02/08 às 9h	horas
Nome:	
Matrícula:	36233

Irani Ribeiro dos Santos
Secretário de Comissão

64

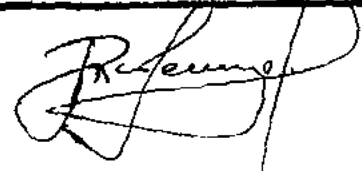
CPI - ONGS

REJEITADO EM 27/10/08

RE

Requerimento
Nº 168/08

2008

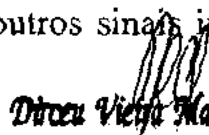


Requeiro, com fundamento no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, seja submetido à deliberação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada pelo Requerimento nº 201, de 2007, e ~~adit~~ada pelo Requerimento nº 217, de 2007, com a finalidade de apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações Não Governamentais e para Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS), a CONVOCAÇÃO para prestar depoimento à esta CPI dos Srs. ANTONIO PEREIRA DAS CHAGAS, CPF: 431.211.521-49, e PAULO CÉZAR FARIAS, CPF: 692.268.811-20, respectivamente atual e ex-dirigente responsável pelo INSTITUTO DE FORMAÇÃO E ASSESSORIA SINDICAL RURAL "SEBASTIÃO ROSA DA PAZ" (IFAS), inscrito no CNPJ sob o número 01.682.509/0001-24.

JUSTIFICAÇÃO

O IFAS firmou um convênio com o INCRA de 7 milhões de reais, dos quais já recebeu 4,6 milhões de reais. Durante a apuração de uma denúncia recebida, o Ministério Público de Goiás recebeu do Banco do Brasil a informação de que a conta do convênio não recebeu nenhum crédito oriundo de repasse federal e que o dinheiro saiu dos cofres públicos, mas não chegou ao destino convencionado, ignorando-se seu atual paradeiro.

O procurador que subscreveu a denúncia constatou também outros sinais inequívocos de graves irregularidades. O convênio foi firmado


Dirceu Vieira Machado Filho
Diretor da SSCEPI

19.07.08 às 10:00h

(65)





Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por intermédio do Requerimento nº 201, de 2007, e aditada pelo Requerimento nº 217, de 2007, "destinada a apurar no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações Não Governamentais – ONGS – e para Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPS –, bem como a utilização por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2007"

sem atender os requisitos legais, uma vez que o plano de trabalho só foi encaminhado dez meses depois, ainda assim sem especificar como seriam gastos os recursos, de forma que não atende aos requisitos legais. Como se não bastasse, não houve prestação de contas dos recursos liberados e a sede da entidade é uma casa fechada, sem que os vizinhos tenham notícia de qualquer atividade ali realizada.

Em uma ata de assembléia da entidade, realizada em dezembro de 2007, os próprios dirigentes da ONG admitem desvios de recursos para pagar as dívidas de outra ONG, a FETRAF-BRASIL.

No Procedimento Administrativo nº 1.18.000.021615/2007-64, o procurador conclui que o grande número de indícios consiste em indicativo da prática de ato ilícito, tendo proposto à justiça as medidas cabíveis.

A presente convocação do atual e do ex-dirigente permitirá à CPI obter esclarecimentos sobre o destino dado aos recursos.

Sala das Sessões,

Senador ALVARO DIAS

Senador RAIMUNDO COLOMBO

66



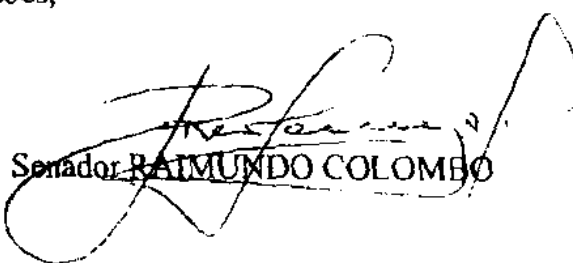
Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por intermédio do Requerimento nº 261, de 2007, e aditada pelo Requerimento nº 217, de 2007, "destinada a apurar no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações Não Governamentais - ONGS - e para Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS -, bem como a utilização por essas entidades, desses recursos e de outros por eles recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2007".

O ex-presidente da FORÇA SINDICAL, Sr. LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS, ocupa o cargo de Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

O principal dirigente do INSTITUTO DATABRASIL, o Sr. MICAEL FERRONE ALVES PEREIRA, mantém vínculos com pessoas ligadas à FORÇA SINDICAL.

Suspeita-se que, mediante influência política junto ao Ministério, a FORÇA SINDICAL esteja utilizando o INSTITUTO DATABRASIL como pessoa interposta ("laranja") para burlar a vedação de receber recursos públicos federais, justificando-se a convocação para esclarecer as ligações entre as duas entidades e o Ministério.

Sala das Sessões,


Senador RAIMUNDO COLOMBO

68

CPI - ONGS

APROVADO EM 27/02/08

RE

Requerimento
Nº 173/08

2008


Requeiro, com fundamento no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, seja submetido à deliberação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada pelo Req. 201, de 2007, e aditada pelo Req. 217, de 2007, com a finalidade de apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações Não Governamentais e para Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS), o acesso integral, inclusive para obtenção de cópias em parte ou na íntegra, dos processos de fiscalização existentes nas diversas Promotorias de Fundações e Entidades de Interesse Social relativos às ONGs financiadas preponderantemente por recursos federais, que integram o objeto de investigação da presente CPI.

JUSTIFICAÇÃO

O Ministério Público, por meio das Promotorias de Fundações existentes no DF e nas demais Unidades Federativas, realiza fiscalizações em entidades que integram o objeto de investigação da presente CPI, quando são financiadas preponderantemente por recursos federais.

O acesso aos processos de fiscalização propiciará maior agilidade às investigações da presente CPI, permitindo o intercâmbio de informações de interesse comum.

Sala das Sessões,


Senador RAIMUNDO COLOMBO
Dirceu Vieira Machado Filho
Diretor da SSCPI

19.02.08 às 10:00 h

APROVADO EM 27/02/08



SENADO FEDERAL
 SECRETARIA GERAL DA MESA
 SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
 Serviço de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

CPI - ONGS

REQUERIMENTO

Requerimento
 Nº 176/08

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei n.º 1.579/52, que seja **convocado** para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito o responsável legal pela organização não governamental INSTITUTO NACIONAL DE FORMAÇÃO E ASSESSORIA SINDICAL DA AGRICULTURA FAMILIAR SEBASTIÃO ROSA PAZ, CNPJ nº 01.682.509/0001-24.

Justificação

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pelo requerimento nº. 201, de 2007, e aditado pelos requerimentos nº. 217 e 1.324, de 2007, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações não Governamentais - ONGS - e para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS, bem como a utilização por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos de exterior, a

Partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.
 Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito
 Recebido em 19/02/08
 DE FORMAÇÃO E ASSESSORIA SINDICAL DA AGRICULTURA FAMILIAR
 As 11h05min
 Will M. Wanderley
 Secretário de Comissão

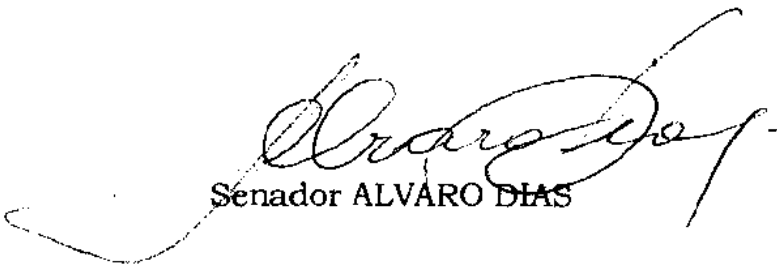
Organização não-governamental INSTITUTO NACIONAL DE FORMAÇÃO E ASSESSORIA SINDICAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

70

P

SEBASTIÃO ROSA PAZ recebeu aproximadamente R\$ 7 milhões do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em um convênio que é, inclusive, alvo de investigação do Ministério Público Federal, fato que enseja uma análise mais acurada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Além disso, no final de janeiro deste ano, a Polícia Federal, cumprindo um mandato judicial, promoveu uma operação de busca e apreensão na sede da ONG, cujas contas bancárias também foram bloqueadas pela Justiça. A oitiva com o representante legal da entidade será importante para dirimir dúvidas existentes, além de poder prestar valiosas informações para as investigações desta Comissão.

Sala das Comissões, de fevereiro de 2008.



Senador ALVARO DIAS

APROVADO EM 27/10/08

CPI - ONGS

RE Requerimento 2008
 N° 177/08


Requeiro, com fundamento no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, seja submetido à deliberação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada pelo Req. nº 201, de 2007, aditado pelo Req. nº 217, de 2007, com a finalidade de apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações Não Governamentais e para Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS), a convocação do Sr. **ANTONIO MANOEL DIAS HENRIQUES**, Presidente da FINATEC - Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos, inscrita no CNPJ sob o número 37.116.704/0001-34.

JUSTIFICAÇÃO

Em fevereiro de 2007, a FINATEC, fundação de apoio da Universidade de Brasília, sofreu intervenção e teve seus dirigentes afastados por decisão judicial, em virtude de irregularidades graves na aplicação de recursos públicos recebidos da Adm. Direta, a maior parte proveniente da UNB. A futura convocação de seu dirigente máximo poderá ser necessária para prestar os esclarecimentos sobre as irregularidades constatadas pelo Ministério Público.

Sala das Sessões,


 Senador RAIMUNDO COLOMBO


 Dirceu Paulo Machado Filho
 Membro da CPI

em 19.07.08 às 10.00h

72



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR INÁCIO ARRUDA PCdoB-CE

CPI – ONGS

REQUEI

Requerimento
Nº 178/08

APROVADO EM 27/02/08

das ONGs

Requeremos, nos termos do art. 89, inciso IX, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitada ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão a designação de dois servidores para compor a equipe técnica de assessoramento do relator desta CPI, preferencialmente servidores que tenham experiência ou conhecimentos sobre acompanhamento e fiscalização da destinação e aplicação de recursos federais para entidades privadas sem fins lucrativos.

Sala da Comissão, 2008.


Senador Inácio Arruda - PCdoB-CE
Relator da CPI das ONGs

73

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito	
RECEBI O ORIGINAL	
Em 24/01/2008 às 15:50 horas	Nome: <u>Irani Ribeiro dos Santos</u>
Matrícula: <u>36253</u>	

Irani Ribeiro dos Santos
Secretário da Comissão